

-visuais, multimédia e informáticos, cuja aquisição ou produção seja co-financiada pelo FSE e Ministério da Presidência e Conselho de Ministros, devem referenciar de forma visível o co-financiamento FSE e conter as insígnias do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento e da União Europeia, disponíveis no *site* do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento.

## CAPÍTULO VI

### Disposições finais e transitórias

#### Artigo 22.º

##### Direito subsidiário

Em tudo o que não estiver expresso no presente Regulamento, aplicam-se as disposições constantes do Decreto Regulamentar n.º 12-A/2000, de 15 de Setembro, da Portaria n.º 799-B/2000, de 20 de Setembro, e do Despacho Normativo n.º 42-B/2000, de 20 de Setembro, e demais legislação em vigor.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E DO TRABALHO E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

**Despacho conjunto n.º 283/2005.** — O artigo 71.º do Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril, que regulamenta o Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro, define o trajecto para a eventual regularização de três universos de cidadãos estrangeiros que, tendo entrado legalmente no território nacional, se tenham, posteriormente, integrado no mercado de trabalho, durante, pelo menos, 90 dias até ao início da vigência do novo regime jurídico da entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, sem se encontrarem legalmente habilitados com visto para o efeito.

O primeiro grupo é constituído pelos cidadãos estrangeiros cujo empregador tenha efectuado as retenções sobre a retribuição e respectiva entrega à segurança social e à administração fiscal, sendo o segundo constituído por aqueles cujos empregadores efectuaram a retenção das contribuições e imposto devidos, respectivamente, à segurança social e à administração fiscal, mas não procederam ao respectivo pagamento, caso em que se enquadram na situação do primeiro grupo, nos termos dos n.ºs 1 a 6 do artigo 71.º Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril.

No terceiro grupo encontram-se os cidadãos estrangeiros cujo empregador se encontre em situação de incumprimento das obrigações perante a segurança social e a administração fiscal, os quais, desde que inscritos no registo prévio junto do Alto Comissariado para a Emigração e Minorias Étnicas — ACIME, podem diligenciar a obtenção da sua prorrogação de permanência no território nacional junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, devendo para o efeito obter despacho favorável comprovativo da prestação de trabalho por um período mínimo de 90 dias antes da data da entrada em vigor Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro, nos termos do n.º 7 do artigo 71.º Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril.

Assim, considerando para o efeito a necessária articulação entre a Inspeção-Geral do Trabalho (IGT), o Alto Comissariado para a Emigração e Minorias Étnicas — ACIME e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), é determinado o seguinte:

1 — O presente despacho define, para efeitos do n.º 7 do artigo 71.º Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril, as relações entre a Inspeção-Geral do Trabalho (IGT), o Alto Comissariado para a Emigração e Minorias Étnicas — ACIME e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

2 — O SEF notifica o cidadão estrangeiro, inscrito no registo prévio junto do ACIME, nos termos do n.º 3 do artigo 71.º Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril, para, querendo, beneficiar do disposto no n.º 7 do mesmo artigo, com a indicação de que deve dirigir, por via postal, requerimento fundamentado à Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) para o Apartado 275 EC Palmela, 291-901, tendo em vista a apreciação da existência de:

- a) Prestação de trabalho durante, pelo menos, 90 dias anteriores a 12 de Março de 2003;
- b) Promessa de contrato de trabalho ou contrato de trabalho actuais.

3 — Na notificação referida no número anterior deve constar a lista dos documentos que, nos termos legais, devem acompanhar o requerimento do cidadão estrangeiro, devendo admitir-se para prova

do facto previsto na alínea a) do n.º 2, nomeadamente, os seguintes documentos:

- a) Declaração do empregador;
- b) Recibos de retribuição;
- c) Extracto bancário, talão de depósito de cheque ou em numérico, fotocópia de cheque ou de ordem de transferência que indique o pagamento e ou o recebimento da retribuição;
- d) Registo de controlo de entradas nas instalações do empregador;
- e) Registo de trabalho suplementar;
- f) Mapas de horário de trabalho, de férias ou quadros de pessoal;
- g) Apólice de seguro de acidente de trabalho.

4 — O ACIME procede à verificação do requerimento remetido nos termos do n.º 2, bem como da documentação que o instrui, e notifica o requerente que não reúna a documentação necessária para completar a instrução do processo, remetendo-o, posteriormente, para a delegação ou subdelegação da IGT da área territorial correspondente ao local de trabalho actual ou, caso não exista um local de trabalho determinado, à sede do empregador.

5 — A IGT notifica o requerente do despacho de deferimento ou indeferimento que recair sobre o seu requerimento e, posteriormente, remete estes dados ao SEF, o qual procede à notificação dos requerentes com vista à prorrogação de permanência em território nacional, nos termos do n.º 3 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, por remissão do n.º 1 do artigo 71.º do Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril.

6 — No caso de o despacho referido no número anterior ser de indeferimento, a IGT notifica o SEF, sendo o processo arquivado.

7 — Os procedimentos definidos pelo presente despacho e os demais considerados necessários à informação dos cidadãos estrangeiros, nomeadamente os respeitantes à forma e aos formalismos da promessa de contrato de trabalho ou do contrato de trabalho, constam de documento conjunto da IGT, do ACLME e do SEF, a publicitar através dos respectivos *sites* da Internet.

4 de Março de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho, *Luís Miguel Pais Antunes*. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Nuno Miguel Miranda de Magalhães*. — O Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, *Feliciano José Barreiras Duarte*.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Despacho conjunto n.º 284/2005.** — A crescente importância do papel de Portugal na cena internacional arrasta consigo relevantes compromissos para a sua política externa, implicando um reforço constante da actividade diplomática, gerador de necessidades de pessoal que não podem ser satisfeitas através dos instrumentos de mobilidade previstos na lei e que justificam a adopção de uma medida de descongelamento excepcional, desbloqueando os lugares indispensáveis.

A este aspecto acresce a necessidade de adequação por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros da sua rede diplomática aos novos desafios surgidos no âmbito da União Europeia, o que se traduz nas necessidades de provisão, com pessoal diplomático, das embaixadas recentemente criadas nos novos Estados membros da União Europeia, de disponibilização de funcionários diplomáticos para o novo Serviço Europeu de Acção Externa e de fazer face às acrescidas exigências de representação decorrentes da presidência portuguesa da União Europeia, em 2007, em modelo que implica uma maior dilatação temporal das tarefas ligadas ao exercício da presidência.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi conferida pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, e atendendo às vagas existentes na categoria de adido de embaixada, a extinguir quando vagarem, criadas pela Portaria n.º 238-A/2005, de 2 de Março, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 45 (1.º suplemento), de 4 de Março de 2005, determinamos que, a título excepcional:

1 — Sejam descongeladas, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, as admissões de pessoal para os lugares previstos no mapa anexo ao presente despacho conjunto.

2 — A utilização das quotas de descongelamento fica dependente da existência de cobertura orçamental.

11 de Março de 2005. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Miguel de Santana Lopes*. — O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *António José de Castro Bagão Félix*.

## MAPA ANEXO

**Descongelamento excepcional para  
o Ministério dos Negócios Estrangeiros**

Grupo de pessoal	Números de lugares
Pessoal diplomático (categoria — adido de embaixada)	20
<i>Total</i> . . . . .	20

**MINISTÉRIO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS  
E DO TRABALHO**

## Gabinete do Ministro

**Louvor n.º 752/2005.** — Ao cessar funções de Ministro de Estado, das Actividades Económicas e do Trabalho do XVI Governo Constitucional, louvo Maria Gabriela Lopes Salvador pela forma dedicada e com sentido de responsabilidade com que exerceu as funções de secretariado de apoio aos adjuntos do meu Gabinete.

11 de Março de 2005. — O Ministro de Estado, das Actividades Económicas e do Trabalho, *Alvaro Roque de Pinho Bissaya Barreto*.

## Direcção Regional da Economia do Alentejo

**Despacho n.º 6742/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 14 de Março de 2005:

Manuel Cardoso Duarte, técnico especialista — promovido, precedendo concurso, à categoria imediata de técnico especialista principal (escala 1, índice 510) do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia do Alentejo, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 9.ª Delegação da DGO. A nomeação produz efeitos a partir da data da aceitação, considerando-se exonerado da categoria anterior a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2005. — O Director Regional, *José João Mouzinho Serrote*.

## Inspeção-Geral do Trabalho

**Despacho (extracto) n.º 6743/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 9 de Março de 2005 do inspector-geral do Trabalho:

Sandra Cristina Barros Ribeiro, Hélder Pedro Teixeira Pinto, Teresa Alice Puati Loureiro, Albertina Amélia Macedo Marelo, Carlos Filipe Valente Pereira, Júlia Moreira Santo Gama, Maria Isabel Marcos Silva Camelo, Maria José Fonseca d'Almeida Pires, Maria Adelina Gaspar Carapinha, Maria Manuela da Silva, Sandra Maria Carreira Faustina, Helena Maria Caleja Nascimento André, Ana Isabel Andrade Ruivo Sá e Cunha, Maria Esmeralda Martins Pereira Amorim, Isabel Alexandra Guerreiro Rodrigues Dias Neves, Fernanda Maria Nunes Baptista, Maria de Lurdes Alves da Rocha Cruz Clemente, Davide Alberto de Matos Ribeiro, Maria Aurora Rodrigues Nossa e Almerinda Dias Leal Mendes, assistentes administrativos do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, e Margarida Maria Ferreira e Maria Fernanda de Jesus Ferreira Carvalho, assistentes administrativas do quadro de vinculação do distrito do Porto afectas à Escola Secundária de Penafiel — nomeados, precedendo concurso, assistentes administrativos principais do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, com efeitos a partir da data do despacho, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, ficando exonerados da anterior categoria a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Eduardo Minga Jerónimo*.

**Despacho (extracto) n.º 6744/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 9 de Março de 2005 do inspector-geral do Trabalho:

Maria de Lurdes Rodrigues da Rocha Vieira, assistente administrativa do quadro de vinculação do distrito de Vila Real afectada à Escola Secundária/3 do Morgado de Mateus, Ana Isabel de Matos Fidalgo Canudo, assistente administrativa do quadro de pessoal do Hospital de Santa Marta, S. A., e Carlos Fernando Baptista Lopes, assistente administrativo do quadro de pessoal da Inspeção-Geral da Saúde — nomeados definitivamente na categoria de assistente administrativo principal do quadro de pessoal do ex-IDICT ficando exonerados da anterior categoria e quadro a partir da data da aceitação do lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Eduardo Minga Jerónimo*.

**Despacho n.º 6745/2005 (2.ª série).** — *Subdelegação de competências.* — 1 — Nos termos dos artigos 6.º e 10.º da Lei Orgânica do XVI Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 215-A/2004, de 3 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2005, de 18 de Janeiro, e ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, no uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 4406/2005, de 2 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 1 de Março de 2005, subdelego, sem prejuízo do poder de avocação, a competência para apreciar e emitir decisão sobre os requerimentos dos cidadãos estrangeiros que se pretendam regularizar no âmbito do artigo 71.º, n.º 7, do Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril, nos dirigentes dos serviços regionais com competência inspectiva, no âmbito das respectivas áreas, a seguir indicados:

Delegada em Almada, Ana Maria Cerqueira Vilaverde.

Delegado em Aveiro, Mário José Dias dos Santos.

Delegado em Beja, Carlos Manuel da Fonseca Graça.

Delegado em Braga, Manuel Jacinto de Carvalho Nunes de Sá.

Delegado em Bragança, Rui Manuel Arrifana Rodrigues Pereira.

Delegada em Coimbra, Maria Amália de Carvalho Barreira Alves Correia.

Delegado na Coyilhã, José Afonso Nogueira Ayres de Sá.

Delegada em Évora, Ana Isabel Respeita Canejo Machado.

Delegada em Faro, Eduarda Cristina Correia Canelas.

Delegado na Guarda, João Luís de Figueiredo Monteiro.

Delegado em Guimarães, António da Silva Pereira.

Delegada em Leiria, Rosália Maria Lopes de Jesus Rosa.

Delegado em Lisboa, área inspectiva, Maria Isabel Fonseca Monteiro Pinheiro de Lima.

Delegada em Portalegre, Maria Adelaide da Rosa Simeão Godinho Russo.

Delegado no Porto, área inspectiva, José Soares de Pina.

Delegado em Santarém, Rui Manuel Ferreira Rodrigues Machado.

Delegada em São João da Madeira, Vanda Lia de Oliveira Amado Caramelo.

Delegado em Setúbal, Mário Rui Almeida e Costa.

Delegado em Viana do Castelo, Luís Loureiro de Castro.

Delegada em Vila Real, Susana Maria Rodrigues Duarte.

Delegada em Viseu, Domitília do Carmo Pires Carvalho Gomes.

Subdelegada no Barreiro, Maria de Fátima Cameirão Ramalho Pisco.

Subdelegada nas Caldas da Rainha, Catarina do Anjo Ganhão Sardinha.

Subdelegado em Castelo Branco, Joaquim Paulo Pintado Nunes.

Subdelegado na Figueira da Foz, João Alcino Gordo Dias.

Subdelegado em Lamego, Joaquim José Jorge da Silva.

Subdelegado em Penafiel, António das Neves Soares Ferreira.

Subdelegada em Portimão, Ana Maria Duarte Silva.

Subdelegado em Tomar, Pedro Nuno Pimenta Brás.

Subdelegada em Torres Vedras, Maria José dos Santos Vicente Madeira Tiago.

Subdelegada em Vila Franca de Xira, Esmeraldina Rita Ferro Péguinho.

Subdelegada em Vila Nova de Famalicão, Maria da Conceição Ferreira Henriques.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua publicação.

14 de Março de 2005. — O Inspector-Geral, *Paulo Jorge Vieira Morgado de Carvalho*.

**Despacho n.º 6746/2005 (2.ª série).** — *Delegação de competências.* — Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decre-